

Coluna do Castello

O jogo da Constituinte

EM sua primeira entrevista formal como novo chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o ministro Marco Maciel reafirmou o entendimento do governo, que de resto é compartilhado pelos chefes militares e pela maioria das forças políticas e econômicas que o amparam, quanto ao prazo do mandato do presidente José Sarney. Maciel lembrou que a atual Constituição fixou o mandato em seis anos e que somente a Assembléia Nacional Constituinte reunirá poderes para alterá-lo, se quiser.

Sarney coleciona pareceres de juristas que sustentam a impossibilidade de mudança no tamanho de seu mandato por qualquer outro meio. Nem o Congresso poderia legislar a respeito, mesmo que alcançasse o quorum para aprovação de emendas à Constituição, nem o próprio presidente poderia bancar qualquer iniciativa quanto a isso. Os pareceres baseiam-se na teoria do direito adquirido — mas isso não tem maior importância.

A questão é essencialmente política, nada mais. Os juristas costumam adaptar seus pontos de vista às circunstâncias — ainda mais em um país de instituições frágeis como o nosso. A História está cheia de exemplos e os mais recentes podem ser encontrados ao longo do processo que viabilizou a eleição do presidente Tancredo Neves. Ao retomar a proposta de diretas já em novembro para a sucessão de Sarney, o governador Leonel Brizola pretende garantir para seu partido a primazia da defesa de uma tese eleitoralmente atraente e plantá-la para o futuro.

Brizola reconhece que são raras as chances de a proposta vingar, admite que haveria uma grave crise política se o Congresso a encampasse à revelia ou contra a vontade do presidente da República, e não imagina desencadear movimento algum que a submeta às ruas para depois impingí-la aos parlamentares. Diz possuir a esperança de que Sarney a adote — mas diz isso só por dizer. O governador quer manter o espaço da proposta aberto para negociá-la para novembro de 1987, quando a Constituinte deverá esgotar sua missão. A dinâmica do processo político é que ditará sua conveniência.

Insiste Brizola no caráter de transitoriedade do governo Sarney. Acha que a partir de novembro ficará estabelecida uma situação política de rara delicadeza: o país conviverá, ao mesmo tempo, com dois poderes constituídos. Um, exercido pelo governo, que foi eleito por um Colégio viciado pelos casuísmos do regime autoritário. Outro, exercido pela Constituinte, legitimamente eleita. O governador diz temer a ocorrência de choques entre os dois poderes, o que poderia levar o país a meter-se em uma arriscada crise política e institucional. Ele expôs o raciocínio ao senador Fernando Henrique Cardoso e a políticos do PMDB paulista.

Retornou ao Rio de Janeiro sem levar o apoio do senador à proposta mas com a garantia de sua adesão à formação de um bloco, a atuar na Constituinte, em favor de teses consideradas progressistas e que sirvam para reunir as chamadas forças de esquerda. Reside, hoje, na Constituinte a maior preocupação do presidente da República. Como confessou anteontem em uma roda de amigos o ministro Marco Maciel, até lá de pouco valerão os atuais partidos — meras legendas para efeito de registro de candidatos — e só após a Constituinte o quadro partidário ganhará nitidez.

Quer Sarney jogar o peso do governo em favor da eleição de uma maioria comprometida, de fato, com o que ele imagina serem os verdadeiros interesses do país — que, ao seu ver, não coincidem inteiramente com os defendidos pelas ruidosas e articuladas correntes de esquerda. O presidente tem produzido gestos que revelam sua intenção. Há uma semana, por exemplo, ele estimulou os deputados Ricardo Fiúza e Pedro Correia, do PDS de Pernambuco, a engrossarem as fileiras do Partido da Frente Liberal. Há mais de duas semanas, Sarney gastou parte da audiência que concedeu ao prefeito Mario Kertesz, de Salvador, em elogiar a candidatura de Josaphat Marinho ao governo da Bahia.

Kertesz é do PMDB, o partido do presidente. Josaphat alugou a legenda do Partido Socialista Brasileiro para disputar o governo baiano com o apoio do ministro Antônio Carlos Magalhães.

ANC 88

Pasta Jan/Maio 86

057